



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

ELEMENTOS PARA O DEBATE SOBRE A “CRISE” NA UNIVERSIDADE

ELEMENTS FOR THE DEBATE ON CRISIS IN UNIVERSITY

Egeslaine de Nez

Universidade Federal de Mato Grosso/Araguaia

PUCRS Bolsista PNPB

Richéle Timm dos Passos da Silva

Universidade Federal de Pelotas

Berenice Lurdes Borsoi

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Foz do Iguaçu

RESUMO

Num mundo caracterizado pela evolução tecnológica, onde o valor do conhecimento emergiu como propulsor da reorganização da sociedade, as universidades são espaços que sofreram impactos profundos. A educação, para atender a essas demandas contemporâneas, foi elevada à potência superlativa, retomando sua legitimidade e transpondo um discurso de crise institucional. Diferentes mecanismos de acompanhamento são utilizados para que as instituições encontrem alternativas. Para alguns autores isso vem acontecendo há algum tempo, e são crises cíclicas que devem ser aproveitadas para construir outros modelos universitários que sejam mais comprometidos com a população e menos preocupados com questões mercadológicas. Para outros autores, esses momentos possuem taxinomias diferentes, mas todos, sem exceção indicam uma crise concatenada à crise do capital e do Estado. Esse artigo objetivou refletir sobre a crise da/na universidade a partir de algumas constatações teóricas, buscando problematizar esse contexto expandindo reflexões do nível micro institucional ao macro conceitual. A relevância científica deste estudo se evidencia na recorrência do tema no discurso acadêmico das últimas décadas e em algumas situações pode ser equivocadamente interpretado quanto a sua lógica e causalidade. O procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa bibliográfica, que utilizou o aporte da análise de conteúdo sobre o principal conceito teórico aqui discutido, a saber, crise. Considera-se, finalmente, que a atual crise pela qual passa a universidade, possui fundamentos relacionados a crise do capital e ao paradigma da sociedade do conhecimento organizada em rede. Diante disso, é preciso, encontrar outras propostas que possam privilegiar a construção de uma instituição crítica e democrática.

Palavras-chave: Educação Superior. Crise da/na universidade. Alternativas.

ABSTRACT

In a world characterized by technological evolution, where the value of knowledge has emerged as a driver of the reorganization of society, universities are spaces that have suffered profound impacts. Education, to meet these contemporary demands, was raised to superlative



power, regaining its legitimacy and transposing an institutional crisis discourse. Different monitoring mechanisms are used for institutions to find alternatives. For some authors this has been happening for some time, and it is cyclical crises that must be harnessed to build other university models that are more committed to the population and less concerned with marketing issues. For other authors, these moments have different taxonomies, but all, without exception, indicate a crisis concatenated with the crisis of capital and the state. This article aims to reflect on the university crisis from some theoretical findings, seeking to problematize this context by expanding reflections from the micro institutional level to the conceptual macro. The scientific relevance of this study is evident in the recurrence of the theme in the academic discourse of the last decades and in some situations can be mistakenly interpreted as to its logic and causality. The methodological procedure used was the bibliographic research, which used the content analysis contribution on the main theoretical concept discussed here, namely crisis. Finally, it is considered that the current crisis that the university is going through has fundamentals related to the capital crisis and the paradigm of the networked knowledge society. Given this, it is necessary to find other proposals that may favor the construction of a critical and democratic institution.

Keywords: Higher Education. Crisis from/at university. Alternatives.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo caracterizado pela evolução tecnológica, onde o valor do conhecimento emergiu como uma direção para a reorganização da sociedade e, com as evidentes crises econômicas que conseqüentemente trazem intensas alterações sócio-políticas, as universidades acabam sofrendo impactos profundos. É nesse contexto que “as novas tecnologias deram origem a um tipo novo de publicidade e *marketing* no qual não se vendem e compram mercadorias, mas símbolos delas”, imagens efêmeras que são substituídas rapidamente (CHAUÍ, 2001).

Duarte (2003) sinaliza que em tempos de mundialização do capital e de flexibilização do trabalho, marcados por mudanças tecnológicas e pela recomposição do sistema produtivo, o conhecimento assume papel relevante no contexto ideológico da sociedade capitalista. Há um revigoramento do mito de valorização da educação por sua relevância para o desenvolvimento das nações, voltando esta ao cerne das discussões políticas e econômicas.

Para Canclini (1999), a globalização é um fenômeno decorrente de outros dois: a internacionalização iniciada pelas colonizações e início de trocas comerciais, e pela transnacionalização. Deste modo, “é um processo multidimensional em que estão em contínuas e complexas interatuações e mútuas dependências a economia, as finanças, o mercado, a política, [...] os sistemas de informação e comunicação, a ciência e a tecnologia, a cultura, a educação [...]” (p.51). Segundo Harvey (2004) esse processo pode ser compreendido como uma condição ou um tipo determinado de projeto político e tem longa presença na história do capitalismo, introduzindo interesses privados e exclusivo.



Justaposto à esse momento, tem-se uma vertente do capitalismo que se constituiu pela acumulação flexível do capital, que é o neoliberalismo, e opera nas últimas décadas sobre dois pilares: “dispersão da produção e dos serviços e a exclusão crescente de grupos sociais da esfera do trabalho e, portanto, da esfera do consumo” (CHAUI, 2001). As características desse modelo de acumulação do capital são:

[...] desintegração vertical da produção, tecnologias eletrônicas, diminuição dos estoques, velocidade na qualificação da mão-de-obra, aceleração do *turnover* da produção, do comércio e do consumo pelo desenvolvimento das técnicas de informação e distribuição, proliferação do setor de serviços, crescimento da economia informal e paralela (como resposta ao desemprego estrutural) e novos meios para promover os serviços financeiros (desregulação econômica e formação de grandes conglomerados financeiros que formam único mercado mundial com poder de coordenação financeira) (CHAUI, 2001, p. 21).

Esses são os reflexos do neoliberalismo enquanto ideologia e seu subproduto é a ideologia pós-moderna. Conforme pontua Chauí (2001) é uma forma de vida determinada pela incerteza e violência institucionalizada pelo mercado, que propõe a fragmentação econômica-social, a compreensão espaço-tempo gerado pelas novas tecnologias de informação e pelo capital financeiro.

Neste sentido, Pereira (2003) explicita que a crise apresentada pela pós-modernidade provoca tensões no campo da educação, refletindo-se também nas universidades de um modo geral. As instituições de educação superior se deparam com uma série de desafios decorrentes de mudanças profundas que as recentes alterações políticas, científicas, econômicas e sociais imprimiram no paradigma civilizacional contemporâneo e novas necessidades de educação que esse processo designado de sociedade da informação e do conhecimento exige.

Castells (2001) esclarece que na década de setenta um novo paradigma tecnológico organizado a partir da tecnologia da informação, veio a ser constituído, principalmente nos Estados Unidos, “[...] foi um segmento específico da sociedade norte-americana, em interação com a economia global e a geopolítica mundial, que concretizou um novo estilo de produção, comunicação, gerenciamento e vida (p. 25).

Assiste-se, desta forma, uma época de transformação que se refere especificamente as tecnologias da informação, processamento e comunicação de dados. Seu lastro revolucionário é a microeletrônica, o uso dos computadores e, especialmente, a invenção da Internet. Esses elementos constituem a base tecnológica para essa nova forma de organização das sociedades, a era da disseminação da informação em níveis nunca antes explorados e experimentados (CASTELLS, 2001).

A sociedade do conhecimento também ancora essa crise e representa a combinação das configurações e aplicações da informação com as tecnologias da comunicação em todas as suas possibilidades, mostrando que o principal destaque desse processo é o conhecimento



(HARGREAVES, 2004). Assim, se por um lado a mundialização do capital e a globalização tem importantes contribuições, por outro impulsiona os índices de desigualdade, resultados da “supervalorização” de tudo que é mercantil e econômico sobre valores sociais (NEZ, 2014).

Silva (2013) também concorda que está se vivenciando uma crise paradigmática, de definições epistemológicas e ontológicas, isso significa dizer um momento de transição. Diferentes mecanismos de acompanhamento e de controle são utilizados para que se encontrem saídas para essa crise.

Desta forma, a universidade pública brasileira passa por um período turbulento, e alguns autores detectam que isso acontece há muito tempo. Esses momentos são conceituados como crises que podem ser cíclicas e, é preciso aproveitá-los para a construção de uma instituição comprometida com a população e menos preocupada com as questões mercadológicas. Essas situações adquirem nomes diferentes, mas todas, sem exceção explicitam um esgotamento no modelo subjacente, concatenado com a crise do capital e do Estado.

Esse artigo tem como objetivo refletir sobre a crise da/na universidade a partir de algumas constatações teóricas, buscando problematizar esse contexto expandindo reflexões do nível micro institucional ao macro conceitual. Neste sentido, busca traçar um paralelo analítico evidenciando dissensos e consensos entre os posicionamentos, e procurando alternativas. A relevância científica desta investigação se evidencia na pertinência do tema que discorre no discurso acadêmico das últimas décadas e em algumas situações pode ser equivocadamente interpretado quanto a sua lógica e causalidade.

Este artigo está dividido em duas partes, além da introdução (seção 1) e das considerações finais (seção 4). Na primeira, indica-se o procedimento metodológico utilizado na abordagem desse estudo (seção 2). Na segunda parte, o foco são as reflexões sobre a “crise” da/na universidade (seção 3).

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Nessa investigação foi utilizada uma pesquisa bibliográfica geradora de um estado de conhecimento/estado da arte onde enfatiza-se o conceito crise. Essa metodologia é um tipo de pesquisa com caráter bibliográfico que objetiva mapear e apresentar a produção acadêmica de uma determinada temática.

Franco (2011) considera que são produções acadêmicas que sintetizam estudos que foram selecionados sob critérios previamente estabelecidos sobre um recorte específico. Ferreira (2002) esclarece que tem caráter inventariante e descreve a produção científica sobre



o assunto que se quer investigar, aqui no caso, a categoria analítica escolhida foi a “crise da universidade”.

Num segundo momento, fez-se um recorte e a seleção de alguns autores de influência nacional e internacional para desenhar um quadro analítico da temática analisada. Para alinhar reflexões traçou-se um paralelo entre Santos, Goergen, Dias Sobrinho e Chauí, visto que tratam sobre a crise da/na universidade com semelhanças que possibilitaram a construção desse quadro. Com os outros autores elencados, busca-se uma análise descritiva-analítica quanto ao papel social da universidade e sua relação com a sociedade e o modo de produção. Finalizando a abordagem analítica, encerra-se com Arendt e sua capacidade de refletir para além do conceito como uma proposta de reorganizar possibilidades e alternativas inclusivas.

Para a apreciação dos dados teóricos coletados, utilizou-se a abordagem de análise de conteúdo (BARDIN,1977; FRANCO, 2008). Esse trabalho de reflexão não foi exaurido nesse momento e tão pouco propôs ser quantitativo, como expressa uma das vertentes da análise de conteúdo, também não tratou apenas de responder a questão se a crise da/na universidade existe ou não.

Discutiu-se, fundamentalmente, alguns elementos relevantes que estão na ordem do dia e que envolvem direta e indiretamente as ações das instituições de Educação Superior. Essas análises se assentaram nos pressupostos de uma concepção crítica, onde Franco (2008) esclarece que: “[...] o que está escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado, e/ou simbolicamente explicitado sempre será o ponto de partida para a identificação do conteúdo, seja ele explícito e/ou latente” (p. 16).

O importante foi apreender, dentro da categoria “crise”, a estrutura e o significado profundo das composições teóricas, já que o pressuposto fundamental da análise de conteúdo consiste na ideia de que existe algo subjacente à comunicação escrita que precisa ser desvendado.

3 O RETORNO DE UM ANTIGO DEBATE REFLEXÕES SOBRE A “CRISE” DA/NA UNIVERSIDADE

Para alavancar algumas constatações teóricas, buscando indicar alternativas e problematizar esse contexto de reflexões do nível micro institucional ao macro conceitual os quais sejam coerentes com as tensões da atual sociedade, esta parte do estudo traça um paralelo analítico evidenciando dissensos e consensos entre os posicionamentos, e procurando alternativas para ação.



Para isso, utilizou-se de vários autores que tratam da crise das universidades, com foco exclusivo para Chauí, Santos, Goergen e Dias Sobrinho. Apresentando referências a Almeida Filho e a necessidade de aprofundar a compreensão sobre crise e história da universidade e Arendt como alternativa de impulsionar o conceito e a categoria de possibilidade de reflexão e não de estagnação.

Entende-se como contexto dessa investigação a atual política educacional que é parte do projeto de reforma que, tendo como diagnóstico uma crise do Estado, e, não apenas do capitalismo, busca-se racionalizar recursos, diminuindo o seu papel que se refere às políticas sociais (PERONI, 2006).

Essa diminuição do investimento estatal em questões sócio-educacionais e a maximização de incentivo ao privado ou capital estrangeiro, dá-se em um contexto em que a proposta do governo federal desde Bresser Pereira (meados dos anos 90) para fazer frente para a crise, baseia-se na atração de capital especulativo, com juros altos, o que aumenta a dívida, provocando uma crise fiscal (PERONI, 2006). Portanto, o que aparentemente seria uma política pública, configura-se como realidade a proposição de um Estado mínimo para as políticas sociais e de Estado máximo para o capital.

Dias Sobrinho (2010), um dos autores analisados, trata da questão da crise da universidade, e considera que a revolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICS) teve uma manifestação intensa e extensa na globalização, e é esse o “o principal fator que impulsiona a reestruturação do capitalismo global” (p. 46). Essa determinante influencia fundamentalmente o fato de que essas tecnologias transformaram os processos comunicativos, o sujeito que era receptor pode tornar-se emissor de informações; além de ressignificar os conceitos de tempo e de espaço. Assim, alteraram-se os modos de organização econômica.

Levando em consideração a interdependência entre Estado e economia, no caso do Brasil, a crise não pode ser observada apenas enquanto crise do Estado. Aparece enquanto esgotamento e a exacerbação das contradições de um padrão de desenvolvimento. Portanto, trata-se de uma crise de caráter estrutural, que assume várias dimensões. Para avaliar de forma mais lúcida a natureza e a causa da crise nos países da América Latina, e consecutivamente, da universidade, é necessária uma análise dos diversos pontos de vista que contribuem para sua compreensão, revelando as divergências e as convergências a partir desse contexto.

Os resultados encontrados neste estado de conhecimento/estado da arte revelam um quadro reflexivo da crise a partir do posicionamento dos autores escolhidos que pode ser entendido como fruto de uma transição deste momento paradigmático. Para Nez (2014), nesse emaranhado da sociedade do conhecimento e em rede, encontra-se a universidade brasileira, que tem como funções o ensino, a pesquisa e a extensão. A indissociabilidade de suas



atividades acontece a partir das relações que são estabelecidas com as organizações e com a sociedade.

Há, pois, uma unívoca compreensão de que a universidade é o lugar privilegiado para o acesso à cultura e a ciência, para criar e divulgar o saber científico. Porém, os interesses do Estado, da sociedade e dos membros da instituição, fazem com que co-existam discussões acerca de sua especificidade em razão deste contexto macro estrutural onde está inserida (NEZ, 2014).

Borssoi (2012) sinaliza que esse momento de transformações proporciona indagações relativas ao papel desempenhado pelas universidades, tanto na formação de professores, quanto na qualificação profissional, isto porque: “Na arena educacional, várias mudanças foram sendo efetivadas quanto ao papel das instâncias educativas, como as universidades [...]” (p. 53).

Almeida Filho (2008, p. 107) destaca a necessidade de se reformar a universidade, no entanto, constata que existem “profusão de questões, a desinformação obscurantista, o oportunismo político, a inconsistência de pontos de vista e o debate acalorado [que] infelizmente parecem pouco ter contribuído para a geração de propostas consequentes, justificadas e factíveis”. Portanto, pouco se avançou no encaminhamento de propostas alternativas ao modo de se pensar e fazer universidade e foca-se, sem um real aprofundamento, sobre o entendimento de suas crises.

Para a compreensão desses momentos cruciais geradores de uma “crise”, Chauí (2001) busca caracterizar a universidade enquanto instituição social, que exprime a sociedade da qual faz parte. Não é isolada, ao contrário, é historicamente determinada. Tem uma prática fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições estruturada a partir de ordens, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade.

Entretanto, a universidade vem deixando de ser unicamente essa instituição diferenciada e vem oferecendo espaço para a organização social que muitas vezes vai ao encontro da demanda capitalista. Segundo Chauí (1999), a organização difere da instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade, isso significa que se respalda no conjunto de meios (administrativos) para obtenção de um objetivo particular. Assim, pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptável e em sua complexidade reflete suas idiossincrasias, compreendendo que seu status requer um modelo de funcionamento organizacional congruente com o atual paradigma sócio-econômico da sociedade em rede (NEZ, 2014).



Chauí (2003) indica que a passagem da universidade da condição de instituição à de organização insere-se na mudança geral da sociedade, ocorrendo etapas sucessivas, acompanhando as constantes alterações no/do capital. Numa primeira fase, foi uma universidade funcional (voltada para a formação rápida de mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho). Num período intermediário, vivenciou a universidade de resultados; e por fim, na segunda fase tornou-se uma universidade operacional, sendo regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional.

É gerida, nessa perspectiva, pelas idéias de planejamento, previsão, controle e êxito. A permanência dessa universidade operacional depende da sua capacidade de adaptar-se rapidamente as mudanças rápidas da sociedade, disso resulta a ideia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a modificações contínuas e inesperadas (CHAUÍ, 2003).

Chauí (1999) destaca ainda que a organização trabalha com a eficácia, a competitividade, e com os objetivos de interesse privado. Diferentemente, a instituição social tem a sociedade não reduzida às questões de ordem econômicas e de consumo como seu princípio, tendo sua referência normativa e valorativa como plataforma e ênfase das atividades. Isso significa dizer que a organização tem como objetivo, acatar as exigências do capital; enquanto a instituição social busca atender a demanda da sociedade a partir da formação humana autônoma e emancipada (caminho para uma potencial saída da crise).

Nez (2014) explicita que a universidade embora possua uma estrutura interna e trabalhe para a consecução de objetivos determinados, cumprindo suas finalidades, diferencia-se das demais organizações, pelo seu tipo de atividade, suas formas de controle e funções que desempenha. Carrega em seu bojo uma importância basilar, tendo um compromisso com “[...] passado, na preservação da memória; com o presente, na geração, sistematização, disseminação do conhecimento e na formação dos profissionais; e com o futuro, no desenvolvimento social” (p. 77).

Vale ressaltar que a perspectiva de organização (CHAUÍ, 2001) não pode sucumbir ante as pressões meramente econômicas, pois que se abdicar da dimensão reflexiva, se abandonar seu papel na construção de sujeitos autônomos, a universidade se desconfigura. Quem perde com isso é a sociedade, que se desprovê de uma de suas instâncias de produção da crítica e do enriquecimento civilizacional. Por outro lado, Nez (2014) expõe que a universidade é insubstituível, não porque é a única com fins de formação, mas porque a presença dela é essencial ao desenvolvimento social, como espaço formativo.

Essa dinâmica de adaptação constante às circunstâncias e às demandas da sociedade acelerou-se tanto nesses últimos anos, que é impossível pensar um ajuste sem uma



transformação profunda das suas estruturas internas. Para Nez (2014) as instituições educativas vivem suas próprias encruzilhadas de sentidos e dos problemas que assolam toda a sociedade.

Chauí (2001), ao discutir a vocação científica e política da universidade, demonstra que devido ao vínculo que o modo de produção capitalista estabeleceu entre ciência, tecnologia, forças produtivas e classes sociais, de um lado e, entre Estado e Mercado de outro, é ilusório negar sua compatibilidade. Diante disso, aponta alguns impasses dessa falsa articulação entre sua função política e científica o que leva a precarização do trabalho oferecido e equívocos diversos relacionados ao processo de avaliação. Tais impasses revelam que a universidade está sem um projeto nacional, e não parece disposta a refletir sobre suas vocações e superar a tradição de erguer a bandeira científica (teórica) e política (prática).

Nesse contexto, do ponto de vista teórico (científico), Chauí (2001, p. 129) afirma que “a universidade brasileira precisa tomar posição ante a crise da razão, instalada pelo pós-modernismo, ideologia específica do neoliberalismo (grifo da autora)”, ainda, precisa avaliar o efeito teórico no interior da universidade, sua forma, conteúdo, metodologias de pesquisa, entre outros aspectos.

Já do ponto de vista prático (político), precisa tomar posição ante ao projeto neoliberal e a democratização. E, sendo uma instituição social constituída por diferenças internas que correspondem as diferenças dos seus objetos de trabalho, tem uma lógica própria para desenvolver suas funções, diferentemente das empresas, que são rígidas pela lógica do mercado e operam sob a égide homogênea (CHAUÍ, 2001).

Aqui nesse ponto se evidenciam outros teóricos de renome nacional e internacional que dialogam sobre os antagonismos que a universidade vive. Para Santos (2005 e 2010), essa crise se divide em três vertentes: crise com ênfase na hegemonia, crise de legitimidade e crise institucional.

A primeira é resultado das contradições de suas funções tradicionais que lhe foram atribuídas ao longo dos anos, visto que “[...] na medida em que a sua incapacidade para desempenhar cabalmente funções contraditórias leva os grupos sociais mais atingidos pelo seu déficit funcional ou o Estado em nome deles a procurar meios alternativos de atingir os seus objetivos” (SANTOS, 2010, p. 190).

A segunda é provocada pelo fato da universidade ter deixado de ser uma instituição consensual por conta da contradição entre saberes e sua hierarquização, atendendo às exigências sociais e políticas da democratização do saber e da acessibilidade para todos os interessados na Educação Superior (SANTOS, 2005).



E a terceira é a crise institucional, compreendida como o resultado “da contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade” (SANTOS, 2005, p. 09) e a escolha das instituições a partir dos critérios de eficácia e produtividade de natureza empresarial.

Santos (2008, p. 14) ainda exprime que a “universidade, longe de poder resolver as suas crises, tinha vindo a geri-las de molde a evitar que elas se aprofundassem descontroladamente, recorrendo para isso à sua longa memória institucional e às ambiguidades do seu perfil administrativo”. Uma saída possível para se distanciar desses momentos de tensões e ressignificar suas ações e práticas.

Desse modo, a crise assentada na instituição universitária cumpriu-se na interdependência de sua legitimidade, hegemonia e institucional e só podem ser enfrentadas conjuntamente e através de vastos programas de ações e reflexões gerados dentro e fora da universidade (SANTOS, 2008).

Outro teórico escolhido para essa discussão foi Goergen que prefaciou a obra de Dias Sobrinho (2010). Para este autor, a crise advém de uma tripla dimensão: conceitual, contextual e textual. O primeiro se refere ao próprio conceito de universidade. Nez (2014) considera que num país como o Brasil em que não há muita clareza sobre o que é ou como deve ser uma universidade, tendo em vista a variedade e os desníveis entre as instituições acadêmicas, fica difícil usar genericamente esse termo.

Sobre o segundo aspecto, Goergen explicita que é a crise se instala na relação entre universidade e sociedade. Sobre sua função histórica de aprimoramento dos indivíduos e socialização do conhecimento produzido, Nez (2014) considera que a universidade tornou-se um bem cujo beneficiário é a sociedade do conhecimento e da competitividade.

E a terceira dimensão, abrange os elementos internos da instituição, os conteúdos, as metodologias, a relação da ciência e da tecnologia, seu sentido ético e social. Essas dimensões são resumidas por Goergen no indicativo de uma crise de identidade, onde a instituição está insegura quanto ao seu papel e suas tarefas na sociedade contemporânea. Essas dimensões têm semelhanças e aproximações das proposições de Santos (2005) e as reflexões de Chauí (2001) com relação à crise da universidade.

Por fim, Dias Sobrinho (2010) aponta que a crise acontece em três níveis: do estado (que não prove de modo satisfatório as instituições encarregadas de produzir a democratização do conhecimento); do trabalho (estreitamento das relações entre Educação Superior e economia); e do sujeito (que perdem suas referências valorativas). A primeira vítima de toda essa problemática é a comunidade, dentre outros valores que vão entrando em



colapso. A comunidade pode se converter em uma “massa flutuante” e o indivíduo concreto, diluir-se.

As contradições das funções da universidade é um dos desafios que a educação superior precisa enfrentar o mais rápido possível, que não são apenas do âmbito educacional, mas social. É preciso pensar no desenvolvimento da ciência e na formação de cidadão, e, para isso “fazer da educação um fenômeno que eleve os interesses particulares em categorias de valor público, assim construindo as bases de uma cidadania pública” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 92).

Assim, “o sentido da responsabilidade social não deve ser definido pelo interesse mercantil da globalização neoliberal” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 94). Há que se pensar na capacidade de resistência e na combinação dos esforços de agentes institucionais, de autoridades da administração central e de membros ativos da sociedade e se propor um movimento contra hegemônico nascido do interior da universidade, com ênfase no que tange a sua verdadeira função.

A partir dessas constatações e possíveis interconexões teóricas, destacam-se que existem similitudes entre os autores discutidos, além da compreensão e modo de tratar a crise. O quadro analítico a seguir ilustra o paralelo realizado entre eles e a temática analisada.

Quadro 1 – Quadro reflexivo sobre a crise universitária

AUTORES	CRISE DA/NA UNIVERSIDADE
Chauí	<p>Organização x instituição: Vai além da relação Universidade e Estado, advém do modelo capitalista com um modo de produção que neste momento histórico é o flexível (toyotista), e seu resultado é o avanço do neoliberalismo com a iniciativa privada de mercado.</p> <p>Histórico: Inicia-se na ditadura militar com a universidade funcional/técnica (1970) com a alta qualificação; depois com a universidade de resultados pela lógica de mercado com a produtividade e lucratividade (1980); e, com a universidade operacional (1990-2000) com a eficácia, competitividade e novas formas operacionais econômicas e financeiras por meio das parcerias com empresas privadas.</p> <p>Paradigmático: Ponto de vista teórico (crise da razão), e do ponto de vista prático (propor outro modo social promovendo a democratização e mudanças internas na universidade).</p>
Santos	<p>Hegemonia: refere-se às contradições das funções da universidade.</p> <p>Legitimidade: refere-se às contradições entre saberes especializados e sua hierarquização (exigências sociais e democratização do saber e da acessibilidade).</p> <p>Institucional: refere-se à contradição entre a reivindicação da autonomia na definição de valores e objetivos da universidade.</p>
Goergen	<p>Hegemonia: refere-se às contradições das funções da universidade.</p> <p>Conceitual: refere-se ao conceito de universidade.</p> <p>Textual: refere-se aos textos internos da universidade (conteúdos, formas de ensinar, sentido ético e social).</p>
Dias Sobrinho	<p>Nível do estado: o estado não consegue prover de modo satisfatório as instituições encarregadas de produzir a equidade, a justiça social, os processos e as instituições de democratização, dentre as quais, privilegiadamente, as educativas.</p> <p>Nível do trabalho: a nova economia rompeu os tradicionais modelos de trabalho,</p>



criou riquezas para uns e espalhou desemprego, insegurança e precariedade para muitos. O estreitamento das relações entre educação superior e a economia faz emergir novos sentidos e problemas sócio-profissionais de difícil solução.

Nível do sujeito: a sociedade perdeu em grande parte suas referências valorativas e se enfraqueceram os processos de construção das subjetividades, pelos quais os indivíduos se integram construtivamente na produção da vida social.

Fonte: As autoras (2014 e 2017).

De maneira sucinta e objetiva percebe-se o pensamento dos autores sobre a questão da crise da/na universidade, sendo que o quadro sintetiza as discussões e análises possíveis que foram realizadas nesse momento. Essas reflexões incitam que houve alteração no modelo pedagógico ao longo dos anos e no papel do docente, promovendo um repensar nas funções sociais da universidade.

É notório que a universidade gera e gerencia capital científico e cultural essenciais para o modo de produção capitalista, além de atuar como formadora de quadros orgânicos das classes dominantes. Sua ação é social e politicamente relevante não só para a reprodução da instituição, mas também para a reprodução da divisão classes sociais.

Indica-se, que existem outras facetas que podem ser resumidas num só termo: a universidade passa por uma crise de identidade. Todas as mudanças ocorridas transformaram o significado social, a estrutura, a política, a dinâmica e as relações da universidade com a sociedade. Isso configura a complexidade do fenômeno vivenciado de forma dinâmica por conta das crises, que são reflexo da sociedade do conhecimento neste momento histórico.

A discussão nesse contexto evidenciará questões específicas ou amplas percebidas a partir da pesquisa realizada. Nesta seção será realizado debate epistemológico sobre o objeto de pesquisa considerando suas variáveis no meio pesquisado e resultados. Considerar as variáveis no meio pesquisado é importante, haja vista que proporcionarão ao estudo o princípio do contraditório, admitindo-se a partir de outras fontes novas proposições e perspectivas. As ideias serão debatidas a partir das vertentes filosóficas, a favor ou contra, e baseadas nos resultados obtidos (ainda que seja de cunho bibliográfico).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão provocada por esse estudo sugere uma alteração no papel da universidade, promovendo um repensar no tripé, o ensino, a pesquisa e a extensão, saídas possíveis para implementação de uma reforma universitária. Para enfrentar suas sucessivas crises, quaisquer que sejam organizacional, institucional, de identidade, de legitimidade, do trabalho, social ou do sujeito, já não basta recuperar tradições vazias e celebrar pactos e arranjos políticos. Deve-



se, ao contrário, provocar momentos de transformação e isso possibilitaria pensar uma superação realista dessa realidade educacional.

E nesse contexto que se usufrui da concepção de crise na perspectiva de Arendt (1997), que a compreende como oportunidade,

[...] a qual tem sempre como efeito fazer cair máscaras e destruir pressupostos [por isso é momento propício] de explorar e investigar tudo aquilo que ficou descoberto na essência do problema [...] Ora, a crise força-nos a regressar às próprias questões e exige de nós respostas, novas ou antigas, mas, em qualquer caso, respostas sob a forma de juízos diretos. Uma crise só se torna desastrosa quando lhe pretendemos responder com ideias feitas, quer dizer, com preconceitos. Atitude que não apenas agudiza a crise como faz perder a experiência da realidade e a oportunidade de reflexão que a crise proporciona (p. 223).

Assim, a crise pela qual passa o capital, o Estado e a Educação Superior, e em especial, as universidades, deve buscar explicitações objetivando encontrar possibilidades de superação e de propostas alternativas de encaminhamentos que possam privilegiar a construção de uma instituição mais humana e democrática. Seu foco deverá ser sua identidade, legitimidade e hegemonia, considerando uma tripla dimensão (conceitual, contextual e textual) em três níveis (do estado, do trabalho e do sujeito). Tais situações configurariam transgressões produtivas que a universidade brasileira precisa para resgatar a sua história.

Porque se trata de uma crise sistêmica, que anuncia o fim de um modo de acumulação e produção, as medidas de recuperação conjuntural terão um efeito limitado. Uma saída para a crise que conduza à emergência de uma nova ordem produtiva e de um novo regime que não dependa somente da economia. Exige-se outra correlação de forças, novas relações geopolíticas e dispositivos institucionais.

Vale ressaltar que não há um caminho único ou um padrão a ser seguido. Cada país ou região deve analisar em profundidade o que poderá ser no futuro, como economia e como sociedade, e adotar políticas apropriadas com alternativas de crescimento voltadas para o futuro, respaldada nos setores modernos das estruturas econômicas, social, política e institucional do país.

Isso passa por uma redefinição das relações entre Estado e dinâmica de acumulação, e, principalmente de uma mudança qualitativa, que impacte em conquistas dos mercados externos e internos, além de promotor ativo da justa distribuição de renda e da melhoria das condições de vida da população. Para Almeida Filho (2008), a educação formadora de cidadãos críticos, é uma das maneiras eficientes de superar não só as crises, mas, também estruturas e conjunturas.

A ênfase deve direcionar-se para as transformações estruturais, reorganização da estrutura administrativa do Estado e reestruturação produtiva, destacando-se o papel



fundamental das políticas sociais nesse processo. Diante desse paradoxo apresentado pelas dificuldades geradas pela sociedade do conhecimento globalizada e organizada em rede, deve-se, considerar os avanços científicos e tecnológicos produzidos neste contexto, utilizando-os para a promoção da inclusão social dos indivíduos capacitando-os como cidadãos conscientes.

Enfim, o momento exige mais do que um mero “talvez”, exige respostas criativas e essa criatividade deve considerar uma possibilidade de transformação e reforma das universidades. Estas crises da/na universidade remetem a profundas ressignificações e por isso, levam-na a questionar-se sobre qual o seu compromisso político e social com as questões sociais que emergem desta nova configuração de sociedade. Tais crises configuram transgressões produtivas, de que a universidade brasileira tanto precisa para resgatar o atraso de sua história.

Esse esforço crítico-reflexivo não procura esgotar a discussão, mas incrementar análises complementares para construir esse paralelo entre os autores e polemizar os temas que estão na ordem do dia e que envolvem diretamente as instituições de Educação Superior. Esse movimento busca construir respostas coerentes e adequadas nessa perspectiva analítica, os avanços devem ser ancorados em um campo que compreenda o contexto global e local.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. Universidade nova no Brasil. SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova.** Coimbra: s/e, 2008.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 4. ed. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BORSSOI, B. L. **Tensões e possibilidades do estágio curricular supervisionado como potencializador da formação e da perspectiva política do pedagogo.** Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura.** V. 1. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- CHAUÍ, M. A universidade em ruínas. TRINDADE, H. (org.) **Universidade em ruínas: na república dos professores.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** São Paulo: Unesp, 2001.
- CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação.** n. 24. set./dez. 2003. p. 5-15.
- DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.



- DUARTE, N. **Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?** quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação, Campinas: Autores Associados, 2003.
- FRANCO, M. E. D. P. Construção de conhecimento acerca da qualidade na gestão da educação superior. MOROSINI, M. C. (org.). **Qualidade na educação superior: reflexões e práticas investigativas**. V. 3. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- FRANCO, M. L. P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2008.
- FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas “estados da arte”. **Educação e Sociedade**. ano XXIII, n. 79, ago. 2002. p. 257-272.
- HARGREAVES, A. **O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- NEZ, E. **Em busca da consolidação da pesquisa e da pós-graduação numa universidade estadual: a construção de redes de pesquisa**. Tese de Doutorado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.
- PEREIRA, E. M. A. A universidade nos paradigmas da modernidade e da pós-modernidade. LOMBARDI, J. C. (org.). **Temas de pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2003.
- PERONI, V. Mudanças na configuração do Estado e sua influência na política educacional. In: PERONI, V. M. V., BAZZO, V. L. , PEGORARO, L. (org.) **Dilemas da educação brasileira em tempos de globalização neoliberal: entre o público e o privado**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.
- SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, B. S.; ALMEIDA FILHO, N. **A universidade no século XXI: para uma universidade nova**. Coimbra: S/E, 2008.
- SILVA, R. T. P. **Universidade e atividade da pesquisa: limites e possibilidades na potencialização da responsabilidade social e política**. Dissertação de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2013.